



TSE

1º Simulado Especial
TSE Unificado

Cargo: Analista Judiciário -
Contabilidade - Pós-Edital

Simulado

1º Simulado Especial TSE (Analista Judiciário - Contabilidade)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Contabilidade** do TSE;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/pbzUCHfXws4Us6Sg8>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/LpSY>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas***TEXTO I**

Ano de 1947, Inglaterra, Câmara dos Comuns. Winston Churchill teria dito uma frase assim: a democracia é a pior forma de governo, à exceção de todas as demais formas que têm sido experimentadas ao longo da história.

Deixando de lado, por um instante, o caráter frasista de Churchill, "como aferir a democracia?" é a pergunta que não quer calar. A experiência grega, que nos legou a palavra "democracia", gerou efeitos no debate. Resta, então, tentar refleti-la estatisticamente, assunto levado para o campo da quantificação, uma espécie de linha que separa países "democráticos" de "não-democráticos".

O cientista político Luis Felipe Miguel, da Universidade de Brasília (UnB), tratou logo de nos esclarecer a respeito do assunto. É que "um índice é um construto" (aqui). E, no caso da democracia, trata-se de uma instituição difícilíssima de demarcar. Por quê? Porque a produção de um índice, nessa seara, "visa apreender uma realidade complexa", o que "exige uma série de decisões", sendo a primeira delas, a preocupação de transformar a liberdade de expressão em números. Daí as consideráveis dificuldades: o direito de voto e liberdade de expressão têm o mesmo impacto na produção de uma democracia? Qual vale o dobro?

Feita essa rápida introdução, a fim de verificar que avaliar a democracia não é como colocar um termômetro e medir a temperatura, convém perquirir um índice de democracia que circulou amplamente pelos principais jornais ao longo deste ano. É que democracias do mundo, nos últimos dez anos, vivenciaram considerável queda de qualidade, sendo que a parcela de insatisfeitos atingiu o pico em 2020, divisa extrema da "recessão democrática".

O relatório de satisfação global com a democracia 2020, elaborado pelo Instituto Bennett de Políticas Públicas da Universidade de Cambridge, apontou quais foram os países que mais caíram no índice de democracia.

O levantamento revelou que 92 países atualmente têm regimes autoritários, contra 87 democráticos, sendo que os cinco mais autoritários foram Eritreia, Coreia do Norte, Arábia Saudita, Iêmen e Síria. Os que apareceram

como mais democráticos foram Dinamarca, Estônia, Suécia, Suíça e Noruega. E o Brasil? Bem, o Brasil foi o quinto país que mais caiu no ranking na última década, consoante fontes como Democracy Report 2020 e Folha S.Paulo)

Mas quais os critérios desse relatório de satisfação com a democracia? De maneira geral, os eixos levantados foram a liberdade de expressão e de imprensa, que representam uma das faces do tema. Alguém poderá perguntar: mas a eleição, não é parte essencial da democracia? Sim, mas na interpretação da cientista política alemã Anna Lührmann, em entrevista para o jornal Folha de S. Paulo, acabar com as eleições instantaneamente é um movimento que gera resistência, então "os governos primeiro atacam a mídia", de modo a enfraquecer a resistência. Essa é a "rota mais comum que os governos têm tomado em direção ao autoritarismo", diz a pesquisadora.

E, coincidentemente ou não, quatro meses após a conclusão da mencionada pesquisa da Universidade de Cambridge, um relatório da ONG "Repórteres sem Fronteiras", apontou que o Brasil teve a segunda queda seguida em ranking de liberdade de imprensa, ocupando a posição 107 da lista de 180 Estados.

É evidente que há grande esforço para demarcar o assunto, tanto da equipe ligada à Universidade de Cambridge, quanto da equipe ligada à ONG "Repórteres sem Fronteiras". As informações dos grupos de trabalho são muito interessantes e mais ajudam no debate do que o contrário.

Diante de tais angulações, alguns comentários adicionais: é evidente que não é nada simples comentar sobre as singularidades da democracia em curto espaço. Até porque o assunto requer a compreensão de alguns contextos, sendo impossível dar um salto do ideal de liberdade da Grécia antiga, com o "povo" tomando decisões, passando por parâmetros de realidade sócio-política exibidos no clássico A Democracia na América, de Alexis de Tocqueville.

Assim, dentro do que é possível sintetizar, vê-se que a democracia é um regime de instituições. E isto nega um regime de pessoas isoladas. Ora, apostar num discurso de salvação da pátria, com lastro na figura pessoal de um presidente da República, como muitos imaginam, trata-se de reduzir consideravelmente a riqueza do debate.

Isso já evidencia que outros tantos componentes de um índice podem ser apresentados para reflexão dentro

desse campo temático, que separa países “democráticos” de “não-democráticos”, a exemplo de que nas democracias a maioria das pessoas tem que se preocupar com as minorias ou que, apesar do voto carregar uma mensagem, a democracia não se esgota apenas na operação da eleição.

Para além disso é necessário ainda refletir a democracia pelo cumprimento de direitos fundamentais, o que passa pela defesa das garantias processuais e pelas “liberdades cívicas” (liberdade de expressão, de consciência, de reunião, entre outros). É que, como diz Lenio Streck, se há um ataque aos direitos e garantias fundamentais, “o Direito é a primeira vítima, a segunda é a democracia” (aqui).

Outrossim, a democracia requer responsabilidade, o que implica que um presidente da República, mesmo que eleito pelo voto do povo, não pode tudo. E daí caberiam mais desdobramentos, a exemplo de que a cidadania é o sustentáculo da democracia, porque se trata de um sistema exercível por todos.

Vê-se que não é tarefa fácil falar sobre democracia. Trata-se de um tema que requer cuidado redobrado, especialmente quando há argumentos do tipo “as instituições estão funcionando”, porque o maior perigo de uma democracia é achar que não há perigo. Tal significa dizer que é preciso ligar um alerta com as chamadas “armadilhas da confiança”, como nos lembra o professor David Runciman, da Universidade de Cambridge.

Há, de fato, um ponto de autenticidade na frase do político britânico Churchill, de que a democracia é o único regime aceitável ou o melhor dos piores regimes de governo. Ele faz, como resta claro, o elogio da democracia. O que nos preocupa é saber se as atuais democracias podem ser chamadas de democracias.

<https://www.conjur.com.br/2020-jun-13/diario-classe-reflexao-democracia/>

Sobre as ideias e estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens a seguir.

01. Churchill afirmou que a democracia é a pior forma de governo, exceto todas as outras formas já experimentadas ao longo da história. Essa afirmação, por via de ironia, expressa um elogio à democracia.

02. No primeiro parágrafo, a forma verbal “teria” atribui à citação feita um grau de incerteza.

03. Segundo o texto, é importante analisar posição dos países em índices democráticos, já que avaliar a democracia é uma tarefa simples e objetiva, comparável a medir a temperatura com um termômetro.

04. O cientista político Luis Felipe Miguel defende que a criação de um índice democrático é complexa, uma vez que envolve várias decisões, como a tentativa de quantificar a liberdade de expressão.

05. No segundo parágrafo, o vocábulo “aferir” expressa noção quantitativa.

06. O Brasil foi o quinto país que mais caiu no ranking de democracia nos últimos dez anos, de acordo com pesquisas mencionadas no texto.

07. O relatório da Universidade de Cambridge e o da ONG “Repórteres sem Fronteiras” mostram um cenário semelhante quanto aos níveis de democracia: o Brasil teve a segunda queda consecutiva no ranking de liberdade de imprensa, ocupando a 107ª posição entre 180 países.

08. Segundo a cientista política Anna Lührmann, os governos tendem a eliminar as eleições imediatamente ao se aproximarem de um regime autoritário.

09. O texto sugere que, nas democracias, a maioria, legitimada de forma numérica, não deve considerar o voto vencido das minorias.

- 10.** O Brasil, no ranking de liberdade de imprensa da ONG “Repórteres sem Fronteiras”, foi o país que mais caiu nos últimos anos, ocupando uma das últimas posições entre os países analisados.
- 11.** O texto afirma que a democracia não se resume apenas à realização de eleições, mas envolve também o cumprimento de direitos fundamentais e garantias processuais.
- 12.** Lenio Streck, citado no texto como argumento de autoridade, alerta que o primeiro impacto de um ataque à democracia é a perda da liberdade de expressão, seguida pela violação dos direitos civis.
- 13.** Pela definição de democracia, o texto sugere que o presidente da República pode tomar qualquer decisão não ilegal, desde que tenha sido eleito democraticamente pelo povo.
- 14.** Inferir-se do texto que o conceito de “armadilhas de confiança” envolve acreditar que o regime democrático não está ameaçado.
- 15.** Segundo o professor David Runciman, o problema central da democracia atual é a falta de participação nas eleições, que ameaça a sua legitimidade.
- 16.** O texto sugere que regimes democráticos modernos, por representarem a vontade coesa de um povo, devem se basear na figura de líderes fortes e carismáticos, como presidentes que personificam o poder.
- 17.** Em “é a pergunta que não quer calar”, a forma verbal “calar” está flexionada para concordar com seu sujeito “pergunta”.
- 18.** No segundo período do segundo parágrafo, a supressão da vírgula após “grega” manteria a correção gramatical, mas alteraria os sentidos do texto.
- 19.** No primeiro período do terceiro parágrafo, o sujeito da forma verbal “tratou” é “Luis Felipe Miguel”.
- 20.** No terceiro período do terceiro parágrafo, a partícula “se” indetermina o sujeito da oração.
- 21.** Na locução “Por quê”, quarto período do terceiro parágrafo, o acento não poderia ser suprimido.
- 22.** Prejudicaria a correção gramatical a inserção da preposição “a” após “visa” (terceiro parágrafo), escrevendo-se “visa a aprender uma realidade complexa”.
- 23.** No segmento “transformar a liberdade de expressão em números”, o verbo rege dois complementos.
- 24.** A vírgula após “1947” (primeiro período do texto) poderia ser suprimida, pois seu uso é facultativo nesse caso.
- 25.** A locução “a fim de” (4º parágrafo) poderia ser substituída por “para”, tendo em vista seu valor de finalidade.

26. Sem prejuízo à correção e à coerência do texto, o período “*É que democracias do mundo, nos últimos dez anos, vivenciaram considerável queda de qualidade, sendo que a parcela de insatisfeitos atingiu o pico em 2020, divisa extrema da “recessão democrática”*” poderia ser assim reescrito: **Nos últimos dez anos, democracias do mundo vivenciaram considerável queda de qualidade e a parcela de insatisfeitos atingiu o pico em 2020, divisa extrema da “recessão democrática”**
27. No segmento “a maioria das pessoas tem que se preocupar com as minorias”, é facultativo inserir acento circunflexo na forma “tem”.
28. O vocábulo “outrossim” (14º parágrafo) expressa sentido aditivo.
29. Os termos “responsabilidade” e “tudo”, no primeiro período do 14º parágrafo, exercem funções sintáticas distintas nas orações em que ocorrem.
30. A preposição “por”, no segmento “eleito pelo voto do povo”, expressa noção de causa.
31. A propriedade de imóvel pertencente à autarquia pode ser adquirida pelo particular por meio de usucapião, considerando que o terreno ficou desocupado e sem uso por mais de vinte anos.
32. Os imóveis da autarquia poderão ser penhorados para garantir o pagamento ao fornecedor Otávio, desde que o imóvel objeto da penhora seja de valor equivalente ao débito apurado.
33. Se a autarquia optar por quitar o débito com Otávio mediante dação em pagamento, a alienação do bem público dependerá de interesse público devidamente justificado e será precedida de avaliação, mas a licitação será dispensada.
34. Se a autarquia for uma agência reguladora, será correto afirmar que os seus dirigentes não exercem cargo passível de livre exoneração.

Suponha que a União decida aplicar uma multa administrativa no valor de R\$ 90 mil a uma pequena empresa que cometeu uma infração ambiental leve, por ter jogado resíduos de papel em uma área de preservação. A legislação aplicável prevê que a multa poderia variar entre R\$ 1 mil e R\$ 100 mil, conforme a gravidade do ato. O proprietário da empresa considerou o valor excessivo e decidiu ingressar com uma ação judicial questionando a legalidade da multa aplicada. O juiz, ao analisar o caso, percebeu que, embora a multa tenha sido aplicada dentro dos limites estabelecidos pela lei, o valor de R\$ 90 mil para uma infração considerada leve se revelou excessivo.

Acerca dos atos administrativos, julgue os itens a seguir.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

Suponha que determinada autarquia seja proprietária de diversos imóveis que servem para dar apoio às suas operações. João pretende reivindicar a propriedade de uma das áreas utilizadas pela autarquia, argumentando que reside em um desses imóveis por mais de vinte anos, sem qualquer intervenção da entidade. Além disso, a autarquia está sofrendo a cobrança de uma dívida devida ao fornecedor de materiais Otávio, que solicitou a penhora de um dos imóveis pertencentes à autarquia para garantir o pagamento da dívida.

Acerca da organização administrativa e das hipóteses de contratação direta, julgue os itens a seguir.

35. O Poder Judiciário poderá anular a multa aplicada à empresa por violação aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, sem que isso represente controle de mérito do ato administrativo.

36. O juiz poderá substituir o valor da multa administrativa por um valor que ele considere mais razoável, se considerar que o valor aplicado pela administração foi desproporcional.

Sobre os agentes públicos e as disposições constitucionais aplicáveis, julgue os itens a seguir.

37. A trabalhadora gestante tem direito ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória, independentemente do regime jurídico aplicável, se contratual ou administrativo, ainda que ocupe cargo em comissão ou seja contratada por tempo determinado.

38. Os agentes públicos contratados temporariamente para atender a uma necessidade temporária e de excepcional interesse público ocupam cargo público, estando submetidos ao regime jurídico único.

Acerca dos poderes administrativos, julgue os itens a seguir.

39. Um dos efeitos do poder hierárquico é a possibilidade de avocação de atribuições, que permite que a autoridade superior retire temporariamente de um subordinado a competência para decidir matérias, desde que não sejam de competência exclusiva deste.

40. O servidor público, por força do poder hierárquico, deve cumprir toda e qualquer ordem recebida de seu superior, mesmo quando a ordem seja manifestamente ilegal, sob pena de sofrer sanção disciplinar.

41. Segundo o Supremo Tribunal Federal, uma característica do poder de polícia é a indelegabilidade, uma vez que se trata de atividade típica de Estado.

Acerca das licitações públicas, com base no disposto na Lei nº 14.133/2021, julgue os itens a seguir.

42. O leilão é a modalidade de licitação adotada para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance, caracterizando-se pela ausência de fase de habilitação.

43. Os valores previstos na legislação para dispensa de licitação em razão do valor para obras, serviços e compras serão duplicados quando se tratar de contratações realizadas por consórcios públicos ou por autarquias ou fundações públicas qualificadas como agências executivas.

44. Em respeito ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, a Lei de Licitações dispõe que é vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

45. A fase de habilitação, em regra, ocorre antes da fase de apresentação de propostas e julgamento, mas se admite a inversão dessas fases, desde que o ato seja motivado com a explicitação dos benefícios decorrentes.

46. Um dos critérios de julgamento das licitações públicas é o maior retorno econômico, que somente poderá ser adotado para a celebração de contrato de eficiência.

Acerca do controle da administração pública e da responsabilidade civil, julgue os itens a seguir.

47. O Tribunal de Contas da União possui competência para julgar as contas dos administradores públicos federais, ao passo que cabe ao Congresso Nacional julgar as contas do Presidente da República.

48. O Tribunal de Contas, ao determinar a sustação de contratos irregulares, pode exercer essa competência de forma autônoma e imediata, sem depender de qualquer omissão do Congresso Nacional.

Suponha que, durante uma manifestação em frente a um prédio público, um grupo isolado de manifestantes começou a agir violentamente, destruindo janelas e portas do edifício e danificando veículos estacionados nas proximidades. Houve também violência contra profissionais de imprensa que cobriam a confusão. Entre os carros atingidos, estava o veículo de Paulo, que se encontrava estacionado em rua pública. Considerando que o veículo foi severamente danificado, Paulo procurou um advogado, para avaliar a viabilidade de ingressar com ação judicial contra o Estado, buscando obter o ressarcimento dos prejuízos que sofreu.

Com base na situação hipotética acima, julgue os itens a seguir.

49. Se for demonstrado que o dano ao carro de Paulo ocorreu devido a um ato exclusivo de terceiros, a responsabilidade civil estatal será excluída.

50. A responsabilidade civil do Estado, na situação narrada, ficaria sujeita ao prazo prescricional de cinco anos, a contar do fato que deu origem ao dano.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONTABILIDADE GERAL

Marcondes Fortaleza

Sobre a NBC TG 25 (R2), que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, julgue o item seguinte.

51. As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento da administração da entidade, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes. As evidências consideradas devem incluir qualquer evidência adicional fornecida por eventos subsequentes à data do balanço.

De acordo com o CPC 00 (R2), que trata da Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, no que diz respeito às características qualitativas de informações financeiras úteis, julgue a assertiva seguinte.

52. Capacidade de verificação significa que diferentes observadores bem informados e independentes podem chegar ao consenso, a um acordo completo, de que a representação específica é representação fidedigna.

53. **Situação hipotética:** A empresa Comércio Industrial Ltda. comprou 10 latas de tinta pelo valor de R\$ 100,00, tributadas com IPI de 5% e ICMS de 12%. Pagou entrada de 20% e aceitou duas duplicatas mensais de igual valor. **Assertiva:** Após efetuar o competente lançamento contábil, é correto afirmar que, com essa operação, os estoques da empresa sofreram aumento no valor de R\$ 880,00.

54. Situação hipotética: A Cia. MAVIFOR aplicou R\$ 400.000,00 em dois ativos financeiros, e definiu que metade dos títulos seria avaliada ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e o restante seria mensurado ao valor justo por meio do resultado. Os títulos possuem as mesmas características, a taxa de juros contratada foi de 1% ao mês e a aplicação ocorreu em 01/12/2019. O valor justo de cada o título, em 31/12/2019, era R\$ 201.000,00. **Assertiva:** O valor apresentado na Demonstração do Resultado do Exercício da empresa MAVIFOR a título de Receita Financeira foi R\$ 3.000,00.

55. Os juros pagos e os juros, os dividendos e os juros sobre o capital próprio recebidos podem ser classificados, respectivamente, como fluxos de caixa de financiamento e fluxos de caixa de investimento, porque são custos de obtenção de recursos financeiros ou retornos sobre investimentos.

56. A construção de ativos dentro da própria empresa para seu próprio uso é procedimento comum. Para elaboração da DVA, essa construção equivale a produção vendida para a própria empresa, e por isso seu valor contábil integral precisa ser considerado como receita.

57. De acordo com o CPC 00 (R2), que trata da Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, um recurso econômico é um direito que tem o potencial de produzir benefícios econômicos. Para que esse potencial exista, precisa ser certo ou provável que esse direito produzirá benefícios econômicos.

A respeito do que dispõe o CPC 18 (R2), que trata de Investimentos em Coligadas e em Controladas, analise a assertiva a seguir.

58. Tanto a mais-valia de ativos líquidos quanto o ágio por rentabilidade futura integram o saldo contábil do investimento desde o seu reconhecimento inicial.

59. Os intangíveis que estiverem inseridos no preço de aquisição pago por um negócio, e puderem ser tecnicamente identificados de modo confiável, devem ser contabilizados em separado do goodwill pelo seu custo histórico e estarão sujeitos à análise anual quanto à sua recuperabilidade.

60. O custo de um item de ativo imobilizado é equivalente ao preço à vista na data do reconhecimento. Se o prazo de pagamento excede os prazos normais de crédito, a diferença entre o preço equivalente à vista e o total dos pagamentos deve ser reconhecida como receita com juros durante o período.

61. A entidade deve reconhecer receitas quando (ou à medida que) a entidade satisfizer à obrigação de performance ao transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo.

62. Situação Hipotética: Em 26/7/2020 uma empresa realizou uma venda a prazo, para um cliente no exterior, no valor total de US\$ 100.000,00. Sabendo que a taxa de câmbio em 26/7/2020 era R\$ 5,20/US\$, em 31/7/2020 era R\$ 5,25/US\$ e a taxa de câmbio média do mês de julho de 2020 foi R\$ 5,10/US\$. **Assertiva:** a empresa reconheceu no resultado do mês de julho de 2020 Receita de vendas de R\$ 520.000,00 e variação cambial passiva de R\$ 5.000,00.

63. Uma subvenção governamental que tenha que ser devolvida deve ser contabilizada como revisão de política contábil.

64. Situação Hipotética: Uma empresa realizou, em 31/12/2019, um contrato de arrendamento de um equipamento industrial. O contrato tem prazo de 4 anos, a empresa pagará 4 parcelas anuais de R\$ 418.669,41, vencendo-se a primeira parcela em 31/12/2020, e a taxa implícita de juros no contrato é 7% ao ano. O valor presente das parcelas do contrato, na data de início do arrendamento, era R\$ 2.500.000,00 (igual ao valor justo do equipamento) e a empresa pretende ficar com o equipamento após o término do contrato. A vida útil estimada para o equipamento é 10 anos e o valor residual esperado é R\$ 400.000,00.

Assertiva: A despesa total reconhecida na Demonstração do Resultado de 2020, decorrente da operação de arrendamento realizada foi R\$ 385.000,00.

65. Na companhia em que o ciclo operacional da empresa tiver duração diferente do exercício social, a classificação no circulante ou longo prazo terá por base o prazo desse ciclo.

CONTABILIDADE APLICADO AO SETOR PÚBLICO

Gilmar Possati

66. O ativo deve ser classificado como circulante quando for exigido no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

A fim de possibilitar a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo, com a adequada elaboração das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público e do Balanço do Setor Público Nacional, foi criado no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) um mecanismo para a segregação dos valores das transações que serão incluídas ou excluídas na consolidação. Este mecanismo consiste na utilização do 5º nível (Subtítulo) das classes 1, 2, 3 e 4 do PCASP (contas de natureza patrimonial) para identificar os saldos recíprocos. Acerca do assunto, julgue a assertiva a seguir:

67. O código x.x.x.x.5.xx.xx compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e um município.

68. No contexto da execução orçamentária, quando as despesas fixadas são maiores que as despesas empenhadas há a configuração de uma economia de despesa.

O Município Audazes dos Pampas apresentou as seguintes informações ao final do exercício financeiro de 20X1:

Descrição	Valor (R\$)
Receita prevista	440.000,00
Despesa Realizada	100.000,00
Despesa Liquidada	420.000,00
Receita Executada	540.000,00
Despesa Paga	400.000,00
Devolução de Depósito em caução	60.000,00
Pagamento de Restos a Pagar	70.000,00

Com base nessas informações, julgue as assertivas a seguir:

69. O resultado da execução da receita em 20X1 apresentou déficit na arrecadação de R\$ 60.000,00.

70. Houve um excesso de arrecadação de R\$ 100.000,00

71. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), o Balanço Financeiro utiliza todas as classes de contas do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público em sua estruturação.

72. O Balanço Patrimonial é uma das demonstrações contábeis do setor público, composto pelo quadro principal e pelos quadros das transferências recebidas e concedidas e de desembolsos de pessoal e demais despesas por função.

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. Acerca dessa demonstração, julgue as assertivas a seguir:

73. O resultado patrimonial é um indicador de desempenho, ao medir quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

74. Apesar de suas informações evidenciadas, a DVP não permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

Dívida ativa é o conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamento definido em lei ou em decisão proferida em processo regular, inscrito pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez. Acerca do assunto, julgue as assertivas a seguir:

75. Dívida Ativa Tributária é o crédito da Fazenda Pública dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios e contribuições estabelecidas em lei.

76. Na inscrição da dívida ativa, considerando-se o ente como um todo, há configuração de uma variação patrimonial qualitativa, sem impacto na situação líquida patrimonial.

77. Para fins de padronização e consolidação das informações contábeis, todos os entes federados devem seguir a mesma metodologia para contabilização da dívida ativa, conforme previsto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Acerca da dívida flutuante e fundada, julgue as assertivas a seguir:

78. A parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento é classificada como passivo permanente.

79. O passivo financeiro compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

80. Na ótica patrimonial, as despesas decorrentes da manutenção e operação da máquina pública são classificadas como “Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo”.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Tonyvan Carvalho

81. A obtenção de evidência apropriada e suficiente para reduzir o risco de auditoria a um nível aceitável é questão de ceticismo profissional do auditor.

82. Um analista do TSE designado para substituir um colega em uma equipe de auditoria foi requisitado a aplicar uma técnica de auditoria que gerasse evidências sobre a efetividade dos controles e a segregação de funções durante a execução de um processo de recebimentos e registro de matérias-primas em um parque fabril. Nesse caso, o procedimento mais adequado para obtenção dessa evidência é a inspeção.

83. Em análises estatísticas, somente as amostragens probabilísticas permitem a correta generalização para a população dos resultados amostrais. Um tipo de amostragem que pode cumprir esse objetivo é a amostragem aleatória simples. Ao definir pela aplicação desse tipo de amostragem, um auditor deve considerar que é necessário garantir que todos os estratos da população sejam representados nos elementos amostrais.

84. Um analista do TSE foi designado para uma equipe de trabalho de auditoria em uma empresa de grande porte e uma das suas atribuições foi analisar o faturamento com vendas de alimentos que compõem a cesta básica nos últimos cinco anos, com foco no comportamento dos alimentos mais representativos em termos de valores vendidos. O objetivo era buscar evidências de variações relevantes. Um procedimento recomendado para essa atribuição é a revisão analítica.

85. Após finalizar os procedimentos planejados, revisar e analisar os papéis de trabalho e a matriz de achados de auditoria de um trabalho de auditoria financeira para o qual fora contratado, um auditor concluiu que as demonstrações contábeis apresentavam distorções relevantes. Além disso, no julgamento do auditor, os efeitos dessas distorções sobre as demonstrações contábeis eram relevantes e generalizados. De acordo com as normas de auditoria, diante dessa situação, o auditor deve emitir uma opinião não modificada.

86. Um exemplo de teste de controle é a ação do auditor destinada a confrontar as informações constantes das demonstrações contábeis com os registros contábeis que lhe oferecem suporte.

87. Em relação à auditoria governamental, julgue o item seguinte.

Ao planejar a adoção de um programa de adequação às boas práticas de governança na gestão pública, um gestor recebeu a sugestão da equipe de que deveria realizar uma auditoria com o objetivo de analisar de forma mais aprofundada a observância aos princípios gerais que regem a boa gestão financeira no órgão, bem como a conduta dos seus servidores. Por seu escopo, esse tipo de trabalho deve observar as orientações para realização de auditoria de conformidade.

88. Acerca da comunicação dos resultados de auditoria governamental, julgue o item subsequente.

Estão entre as finalidades do relatório de auditoria: contribuir para a transparência da gestão pública e reconhecer, quando for o caso, a conformidade ou o desempenho satisfatório do objeto auditado.

89. Considerando a norma brasileira de auditoria relativa ao planejamento da auditoria das demonstrações contábeis, determinação dos procedimentos de auditoria específicos a serem aplicados para responder aos riscos identificados, considerando o tamanho e a complexidade da entidade e a natureza de suas operações e definição dos recursos necessários para realizar o trabalho representam atividades de planejamento relacionadas à estratégia global de auditoria.

90. A respeito dos instrumentos utilizados para a fiscalização dos entes alcançados pela administração pública, julgue o item que se segue.

O levantamento é o instrumento utilizado para examinar atos sujeitos a registro.

91. Com base no disposto pelas Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras (ISSAI), julgue o item a seguir.

Os elementos da auditoria operacional no setor público — auditor, parte responsável, usuários, objeto e critérios — devem, em cada auditoria, ser identificados expressamente pelos auditores.

92. No que se refere a evidências e à comunicação dos resultados no âmbito da auditoria, julgue o item a seguir.

A condição e o critério são elementos dos achados de auditoria, em que a condição corresponde à situação ideal e esperada do ente auditado (o que deve ser), enquanto o critério se refere ao cenário real encontrado pelo auditor (o que é).

93. Após ter obtido evidência de auditoria suficiente e apropriada, caso o auditor conclua que desvios ou distorções, quer individualmente ou no agregado, sejam relevantes e generalizados, deverá emitir parecer com abstenção de opinião.

94. Ao verificar a racionalidade com que os recursos alocados a determinados programas em um órgão público são aplicados, o auditor governamental realiza o exame de economicidade.

95. O foco da auditoria operacional no setor público é observar se um objeto particular está em conformidade com as normas identificadas como critérios.

**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E
ORÇAMENTÁRIA***Leandro Ravvella*

- 96.** De acordo com a Lei nº 4.320/64, o orçamento público federal, no Brasil, deve incluir todas as receitas e despesas, sem exceção, de modo a garantir a aplicação do princípio da universalidade orçamentária. Assim, qualquer receita extraorçamentária, como depósitos judiciais e cauções, também devem constar no orçamento anual.
- 97.** O orçamento-programa é uma técnica orçamentária utilizada no Brasil, que se diferencia dos orçamentos tradicionais, como o orçamento clássico, ao associar as despesas públicas aos objetivos e metas de governo, promovendo maior eficiência e eficácia na alocação de recursos públicos.
- 98.** O ciclo orçamentário é composto por quatro fases distintas: elaboração, discussão e aprovação, execução e controle e avaliação. A fase de execução é de competência exclusiva do Poder Executivo, não cabendo ao Poder Legislativo ou ao Judiciário interferir ou realizar qualquer controle prévio ou concomitante durante essa fase.
- 99.** Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), as transferências voluntárias da União para Estados e Municípios são condicionadas à observância das normas constitucionais, legais e infralegais aplicáveis, sendo vedada a realização de transferências que possam comprometer o equilíbrio fiscal dos entes recebedores, exceto nos casos de calamidade pública.
- 100.** A legislação brasileira prevê que, ao longo da execução orçamentária, podem ser feitos ajustes no orçamento por meio da abertura de créditos adicionais, devendo essa alteração respeitar a limitação de despesa e o teto de gasto do ente federado.
- 101.** As receitas públicas podem ser classificadas de diferentes formas. A classificação por fontes de recurso deve seguir o critério econômico, agrupando as receitas de acordo com sua natureza, distinguindo-as, por exemplo, entre tributos e contribuições sociais.
- 102.** Conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a dívida ativa tributária e não tributária, inscrita nos balanços patrimoniais e conforme o enfoque orçamentário, é considerada uma receita orçamentária no momento da inscrição, uma vez que já está sendo constituída no exercício e encontra-se pendente de arrecadação.
- 103.** Os restos a pagar correspondem às despesas orçamentárias que, empenhadas dentro do exercício financeiro, não foram pagas até 31 de dezembro e sua inscrição é obrigatória.
- 104.** Conforme a Lei nº 4.320/64, as despesas de exercícios anteriores podem ser pagas no exercício corrente, desde que tenham sido devidamente liquidadas no exercício em que foram contraídas, observando-se a disponibilidade financeira para tal pagamento.
- 105.** De acordo com a LRF, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso devem ser compatíveis com as metas fiscais estabelecidas na LDO e devem ser ajustados ao longo do exercício financeiro caso haja alteração significativa na previsão de arrecadação.

106. A descentralização orçamentária e financeira no setor público pode ser feita de duas formas: a descentralização interna e a descentralização externa. A descentralização interna ocorre quando o crédito é transferido entre órgãos da mesma esfera de governo, sem implicar alterações na classificação orçamentária das despesas.

107. A Lei de Responsabilidade Fiscal veda a destinação de recursos públicos para o setor privado, exceto nas hipóteses de subvenção econômica, incentivos fiscais e contribuições para o desenvolvimento regional e setorial.

108. As despesas com pessoal ativo, nos termos da LRF, não podem exceder 50% da receita corrente líquida no âmbito da União, e 60% no âmbito dos Estados e Municípios.

109. O princípio da anualidade orçamentária, conforme estabelecido pela Lei nº 4.320/64, implica que o orçamento deve abranger um período de um exercício financeiro, coincidindo necessariamente com o ano civil (1º de janeiro a 31 de dezembro), sem exceções.

110. Nos termos da Lei nº 4.320/64, o suprimento de fundos é a entrega de numerário a servidor, sempre mediante a prévia prestação de garantias, para a realização de despesas que, por sua natureza ou urgência, não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

NOÇÕES DE DIREITO ELEITORAL

Nelma Fontana

111. Os candidatos ao cargo de Senador da República devem, diretamente, prestar contas à Justiça Eleitoral. Na prestação de contas, será preciso apresentar os extratos das contas bancárias referentes à movimentação dos recursos financeiros usados na campanha.

112. Nas eleições para Prefeito e Vereador de Municípios com menos de duzentos mil eleitores, a prestação de contas será feita pelo sistema simplificado de prestação de contas.

113. Quando não apresentadas as contas após a notificação emitida pela Justiça Eleitoral, no prazo de setenta e duas horas, a Justiça Eleitoral decidirá pela desaprovação, quando verificadas falhas que lhes comprometam a regularidade.

114. Partidos políticos, desde que tenham registrado candidatos aos cargos para os quais faz o questionamento, poderá representar à Justiça Eleitoral, no prazo de 15 (quinze) dias da diplomação e pedir a abertura de investigação judicial para apurar condutas em desacordo com as normas legais relativas à arrecadação e gastos de recursos.

115. É assegurada ao partido político autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, cabendo ao Tribunal Superior Eleitoral fixar as regras de fidelidade partidária.

- 116.** Sabendo que o município de Formosa/GO, em 2024, elegerá 19 vereadores, cada partido poderá registrar até 20 candidatos para as Câmaras Municipais. Do total de vagas, cada partido preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. Se a divisão não for exata, a fração superior a meio deverá ser igualada a um e a inferior deverá ser desprezada.
- 117.** Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público.
- 118.** No sistema majoritário de dois turnos, será considerado eleito o candidato que obtiver a maioria absoluta dos votos, não computados os votos brancos e nulos.
- 119.** Os partidos políticos devem manter escrituração contábil, de forma a permitir o conhecimento da origem de suas receitas e a destinação de suas despesas.
- 120.** É vedado ao partido receber, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou pretexto, contribuição ou auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro, inclusive através de publicidade de qualquer espécie, procedente de entes públicos e pessoas jurídicas, exceto as de direito privado.
-

Discursiva

Considere a seguinte demonstração contábil apresentada pela Cia. Violeta no final de 2022:

Balanço Patrimonial (valores em R\$)

Ativo	31/12/21	31/12/22	Passivo	31/12/21	31/12/22
Ativo Circulante	300.000	360.000	Passiva Circulante	250.000	150.000
Disponível	160.000	150.000	Fornecedores	250.000	150.000
Duplicatas a Receber	140.000	210.000			
			Passivo Não Circulante	100.000	150.000
Ativo Não Circulante	550.000	540.000	Provisões	100.000	150.000
Investimentos	250.000	260.000			
Imobilizado			Patrimônio Líquido	500.000	600.000
Veículos	300.000	300.000	Capital Social	400.000	400.000
Deprec. Acumulada		(20.000)	Reservas de Lucros	100.000	200.000
Total Ativo	850.000	900.000	Total Passivo+ PL	850.000	900.000

Os Auditores da Cia. Violeta, ao analisarem as demonstrações contábeis da empresa, apresentaram as seguintes informações:

I. Em relação aos processos judiciais em andamento, em 31/12/2022:

Nº do processo	Provisão Reconhecida em 31/12/2021	Probabilidade de Perda em 31/12/2022	Valor Reestimado da Perda em 31/12/2022
1	R\$ 90.000,00	Provável	R\$ 80.000,00
2	R\$ 0,00	Provável	R\$ 30.000,00
3	RS 10.000 00	Possível	R\$ 40.000,00
4	R\$ 0,00	Remota	R\$ 20.000,00

II Em relação aos Veículos, em 31/12/2022:

- Valor Justo Líquido das Despesas de Venda: R\$ 210.000,00

- Valor em Uso: R\$ 250.000,00

Com base nessas informações, considerando que a auditoria externa deve fazer recomendações sobre as informações que estão evidenciadas no Balanço Patrimonial, pede-se:

- a. Quais alterações a auditoria deve indicar para serem promovidas no Balanço Patrimonial? Justifique sua resposta.
- b. Enquanto o total do Ativo e do Passivo serão alterados? Apresente os cálculos que fundamentem sua resposta.
- c. Quais os impactos dessas alterações no Resultado de 2022? Justifique sua resposta.

Resposta em até 30 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
